

A PARTICIPAÇÃO DA REDE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO NA MÍDIA BRASILEIRA

[ARTIGO]

Flávia de Almeida Moura
Denise Araújo da Conceição

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O artigo faz parte de um projeto de pesquisa em andamento que visa entender a participação dos sujeitos no processo de representação (HALL, 2010) do trabalho escravo contemporâneo na mídia brasileira. Para esta comunicação, nos atemos aos estudos junto a um grupo de agentes de entidades governamentais e não governamentais que integram a rede de combate ao trabalho escravo no Brasil contemporâneo. Como resultados preliminares, podemos afirmar que as entidades estudadas participam das representações midiáticas acerca do tema e disputam a constituição de uma opinião pública (HABERMAS, 1984; 2006) sobre o trabalho escravo na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Mídia. Representação. Opinião Pública. Trabalho Escravo.

The article is part of an ongoing research project that aims to understand the participation of subjects in the process of representation (HALL, 2010) of contemporary slave labor in the Brazilian media. For this communication, we study with a group of agents from governmental and nongovernmental entities that are part of the network to combat slave labor in contemporary Brazil. As preliminary results, we can affirm that the entities studied participate in the media representations about the subject and dispute the constitution of a public opinion (HABERMAS, 1984; 2006) on slave labor with the Brazilian society.

Keywords: Media. Representation. Public Opinion. Slave Labor.

El artículo forma parte de un proyecto de investigación en curso que busca entender la participación de los sujetos en el proceso de representación (HALL, 2010) del trabajo esclavo contemporáneo en los medios brasileños. Para esta comunicación, nos atemos a los estudios junto a un grupo de agentes de entidades gubernamentales y no gubernamentales, que integran la red de combate al trabajo esclavo en el Brasil contemporáneo. Como resultados preliminares, podemos afirmar que las entidades estudiadas participan de las representaciones mediáticas acerca de la temática y disputan la constitución de una opinión pública (HABERMAS, 1984; 2006) sobre el trabajo esclavo junto a la sociedad brasileña.

Palabras clave: Medios. Representación. Opinión Pública. Trabajo Esclavo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte dos resultados do projeto de pesquisa *Representações do trabalho escravo a partir da mídia: olhares de trabalhadores e de agentes do movimento social*¹, que tem o objetivo principal de entender a participação dos sujeitos no processo de representação (HALL, 2010) do trabalho escravo contemporâneo na mídia brasileira. O estudo investiga dois grupos principais: (i) trabalhadores egressos do trabalho escravo e (ii) agentes de entidades governamentais e não governamentais que fazem parte da rede de combate ao trabalho escravo no Brasil.

Nesta comunicação, nos detemos na pesquisa realizada junto ao segundo grupo, de agentes de entidades que compõem a supracitada rede. Os resultados da investigação junto ao primeiro grupo já foram apresentados em trabalhos anteriores e

também foram objeto de tese de doutoramento, publicada em 2016².

No momento, o estudo está sendo desenvolvido a partir de dois planos de trabalho que buscam mapear as principais ações de comunicação das entidades pesquisadas para analisarmos suas relações com as representações midiáticas sobre o tema no período de 2010 a 2016. Entendemos as ações de comunicação como o modo pelo qual emissores/receptores constroem e dispõem de efeitos de sentido na cadeia de comunicação. Essas ações têm como principal objetivo visibilizar a temática, a partir de representações midiáticas sobre o assunto.

Para a realização desta investigação, foram escolhidas três entidades governamentais e quatro não governamentais, que têm atuação na rede de combate ao trabalho escravo tanto no estado do Maranhão quanto no Brasil. Compõem o primeiro grupo o MT (Ministério do Trabalho), por intermédio da Superintendência Regional do Trabalho no Maranhão, o TRT-MA (Tribunal Regional do Trabalho) e o MPT-MA (Ministério Público do Trabalho). A escolha dessas três entidades públicas se justifica pela atuação conjunta em ações de fiscalização do trabalho escravo com consequentes desdobramentos legais, como pagamento de verbas rescisórias e processos administrativos. Embora as entidades públicas sejam nacionais e alguns projetos sejam realizados nesse âmbito, com replicações regionais e estaduais, a abordagem

[1] O projeto, com vigência de 2015 a 2017, é financiado pela FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão). Trata-se de um desdobramento da pesquisa doutoral, finalizada em 2015, que realizou um estudo de recepção junto a um grupo de trabalhadores rurais maranhenses que foram submetidos a condições de trabalho escravo contemporâneo. Participam atualmente do projeto de pesquisa cinco alunos de iniciação científica e dois mestrandos, que cumprem, em conjunto, dois planos de trabalho – um para investigar entidades governamentais (MTE, MPT-MA e TRT-MA) e outro, não governamentais (CPT, Repórter Brasil e CDVDH/CB), descritas no decorrer deste artigo. O relatório final da pesquisa deve ser apresentado até o fim de 2017.

[2] Trata-se do livro *Trabalho escravo e mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses*, São Luís, EDUFMA, 2016.

temática que demos ao mapeamento constitui um recorte das ações mais focadas no estado do Maranhão.

Para compor o segundo grupo – de entidades da sociedade civil – foram escolhidas quatro delas, três das quais com atuação nacional – Comissão Pastoral da Terra (CPT), ONG Repórter Brasil e Movimento Humanos Direitos (MHuD) – e uma com atuação estadual, Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (CDVDH/CB), localizada no município de Açailândia (MA). Essas quatro entidades do movimento social apresentam atuação sistemática no combate ao trabalho escravo contemporâneo: a CPT, entidade que tem mais de 40 anos e é ligada à Igreja Católica, desde os anos de 1970 denuncia condições de escravidão contemporânea no Brasil; a Repórter Brasil, criada em 2001, é responsável por publicizar na grande mídia temáticas relacionadas a trabalho escravo e meio ambiente; o MHuD, criado em 2003, atua por intermédio de projetos e programas de proteção aos direitos humanos e utiliza a imagem de artistas brasileiros para tornar públicas denúncias de crimes como o trabalho escravo; e o Centro de Defesa de Açailândia, criado em 1996, denuncia questões relacionadas a violações de direitos humanos, dentre eles o trabalho escravo contemporâneo, e realiza um trabalho de prevenção junto às famílias de trabalhadores na região de fronteira entre Pará, Tocantins e Maranhão há mais de 20 anos, desde o início de seu funcionamento.

Neste artigo, apresentamos as principais iniciativas de comunicação das entidades estudadas, bem como os percursos metodológicos da pesquisa documental, relacionando-os no contexto da rede de combate ao trabalho escravo.

A REDE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Partimos da discussão de redes (ARAÚJO, 2002) e de estratégias de mobilização social (HENRIQUES, 2007) para sistematizarmos os dados coletados durante a pesquisa documental, que se debruçou sobre os materiais de divulgação das entidades estudadas no período de 2010 a 2016.

Ao propor um modelo de comunicação em redes, Inesita Araújo (2002) utiliza a figura da espiral ligando o centro à periferia para conseguir relacionar em rede – pensada como um modelo horizontal de comunicação – as condições desiguais dos interlocutores quanto à produção, à circulação e ao consumo das informações.

Redes são espaços sociais e, como tais, são arena dos embates sociais e de lutas políticas. São espaços de articulação de campos e eixos de poder. Redes possibilitam tanto a reprodução quanto a transformação das relações de poder. Os ajustes, as mediações, as negociações, as apropriações, o processo político, enfim, é feito ao nível do território concreto, no nível local. (...) O conceito de “rede” permite compreender melhor a produção dos sentidos sociais e, em decorrência, a própria prática social. (ARAÚJO, 2002, p. 301)

O objetivo desta comunicação é mostrar como a rede de combate ao trabalho escravo representa a temática que circula pela mídia tradicional e pelas redes sociais³, disputando e, ao mesmo tempo, constituindo

[3] Aqui entendidas como plataformas digitais.

uma opinião pública sobre ela. Vale destacar que entendemos essa opinião pública a partir da revisão que Habermas (2006) fez de sua teoria, indicando o conceito como fusão de um confronto de opiniões de grupos que disputam as representações de determinados assuntos na esfera pública, a qual passa a ser mediadora e também uma espécie de “filtro” das comunicações informais.

Como aqui não apresentamos outras vozes em contraposição ao discurso dessas entidades, não se trata necessariamente de uma disputa de opiniões, mas sim de uma disputa de representações do que seja trabalho escravo contemporâneo para cada um desses atores. Dessa forma, acreditamos poder compreender a participação (MOURA, 2016) dessas entidades na construção das representações midiáticas sobre o tema, e não entendemos que tais representações sejam consensuais.

Segundo Maia (2002), movimentos sociais são vistos como efetivamente capazes de articular projetos políticos alternativos e de propagar, em outros grupos da população, o interesse por suas causas ou questões, e, assim, exercer uma pressão relevante naqueles que detêm o poder de decisão. Apresentamos aqui o esforço empreendido pelas entidades governamentais e não governamentais que formam a rede de combate ao trabalho escravo nas disputas das representações da opinião pública acerca do assunto. O resultado dessas disputas acaba levando a uma deliberação pública (MAIA, 2002), uma vez que chama a atenção e traz este debate para a visibilidade no campo midiático.

O levantamento de dados para a composição do *corpus* documental da pesquisa

sobre as ações de comunicação utilizadas pelas entidades estudadas facilitou a compreensão de como elas se organizam em rede e contribuem para dar visibilidade à temática na sociedade, embora cada uma delas utilize estratégias próprias de divulgação. Entendemos ações de comunicação como uma série de procedimentos de divulgação (materiais jornalísticos, entrevistas, discursos, eventos, debates, discussões) implementados pelas entidades que compõem a rede de combate ao trabalho escravo, com o objetivo de dar visibilidade à temática na mídia tradicional. Como pontuam Prudêncio e Santos (2011), concordamos que o estudo restrito da internet não é suficiente para a compreensão da relação entre mídia e movimentos sociais, uma vez que o grande público ainda consome, em maior escala, a televisão ou as demais mídias tradicionais. O confronto estabelecido na internet só alcança repercussão e força política quando transferido para a grande mídia. Neste sentido, nossa estratégia metodológica é perseguir o caminho entre a produção das entidades sobre as representações do trabalho escravo e o modo como elas participam da construção dos discursos encontrados na mídia tradicional.

Após quase 15 anos de acompanhamento de pesquisa e de militância junto a entidades que integram a rede de combate ao trabalho escravo no Maranhão e no Brasil, resolvemos investir neste momento na problematização acerca do conceito de “rede”, para nos ajudar nas reflexões sobre o papel desse conjunto de agentes governamentais e não governamentais, bem como sobre a luta de forças e de poder na qual eles participam no combate ao trabalho escravo.

Concordamos com Araújo (2002) quando propõe a imagem de espiral para pensarmos o conceito de redes. Essa imagem descaracteriza a ideia de horizontalidade estagnada e confere dinamismo às relações entre os agentes que integram uma determinada rede, ocupando espaços de força e de poder, ora no centro, ora na periferia. A espiral, nesse caso, circunda as relações em prol daquilo que une esses agentes.

Quando pensamos na rede de combate ao trabalho escravo no Maranhão, por exemplo, a Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Escravo no Maranhão (COETRAE-MA) é um contexto em que percebemos claramente essas relações, pois, sendo um espaço de discussão e de tomadas de decisão que desde 2007 congrega entidades civis e públicas em prol da luta pela erradicação desta mazela social, os agentes envolvidos ocupam posições ora centrais, ora periféricas, dependendo da pauta de discussão e da natureza das ações. Por exemplo, quando a questão é atendimento às vítimas do trabalho escravo, o CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán), localizado em Açailândia (MA), que acumula uma experiência de 21 anos no atendimento aos trabalhadores, ocupa a centralidade das relações na rede; mas quando é articulada uma ação política, como a assinatura de um convênio entre o governo do estado e o Ministério Público do Trabalho (MPT), por exemplo, a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDHPOP) ganha centralidade em relação às outras entidades da rede.

Também consideramos os estudos de Ana Lúcia Enne (2004), quando afirma que o conceito de rede é pensado, muitas vezes, como um tipo de sistema de inter-relação

social que se diferencia do grupo por diversas características. A partir da revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação, o cenário social se apresenta num ritmo acelerado e as remodelagens de rede têm sua importância aumentada. Diante das transformações sociais, percebe-se um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal digital capaz de promover a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura, como personalizando-os ao gosto das identidades e humores dos indivíduos.

No entanto, segundo a autora, diante deste cenário de modificações constantes, o processo de redes se mantém mostrando seus aspectos e fluxos desafiadores de forma a não perder seu espaço na sociedade, visto que atua muito antes das ditas transformações digitais. Na forma de grupos de pressão social, movimentos engajados ganham importância, uma vez que, com o cenário modificado, todas as relações sociais, políticas e econômicas lutam pela força popular. Veem-se cada vez mais pessoas organizando-se em grupos que buscam e propõem para si um significado próprio, a partir do que elas são ou acreditam que são, e não com base naquilo que fazem.

Percebemos isso quando investigamos as ações de comunicação das entidades, uma vez que se apropriam da rede internacional de computadores, a internet, bem como de suas estruturas de comunicação, principalmente no caso das entidades públicas, para potencializar os laços já construídos anteriormente, de forma presencial, visando efetivar a publicização da temática por intermédio das representações midiáticas.

Vale ressaltar a importância da comunicação para a mobilização, com a formação e manutenção da rede, pois contribui diretamente para a convocação das vontades e para o compartilhamento de sentidos e interpretações. Além disso, ela permite “dinamizar a mobilização e potencializar os movimentos para que não se tornem simples sequências de ações e reações desarticuladas de pouca representatividade” (CASTELLS, 1999).

É imprescindível compreendermos a comunicação na mobilização social como uma prática que procura gerar nos próprios agentes dos movimentos sociais a capacidade de inserir suas mensagens nos contextos globais de informação. Consequentemente são criados – e fortalecidos – vínculos entre aqueles e os projetos, movimentos, organizações, com o fim de participação, uma participação que é sempre uma escolha e depende de os indivíduos se enxergarem ou não como parte responsável do processo de transformação social movido pela coletividade.

A rede escolhida para nossa investigação é formada, como dito antes, por três entidades governamentais e quatro não governamentais. A escolha das entidades é justificada por sua atuação no combate ao trabalho escravo, cada uma de uma forma e num tempo próprio.

As três entidades governamentais (MTE, MPT e TRT) são consideradas como as principais na repressão ao problema no contexto do aparato estatal brasileiro. As três possuem ações voltadas à temática pelo menos desde o final dos anos de 1990, sendo o Ministério do Trabalho o órgão responsável por criar, em 1995, o Grupo Móvel

específico para fiscalização de denúncias acerca de condições de trabalho análogas à de escravo⁴. O MPT participa desde então, acompanhando as fiscalizações e abrindo inquéritos e processos referentes a danos morais individuais e coletivos, e ainda aplicando os conhecidos TACs (Termos de Ajustamento de Conduta) aos empregadores autuados pelo crime de trabalho escravo. Já o TRT, embora com algumas atuações pontuais no final dos anos de 1990, começou a se envolver mais com a temática a partir de 2003, quando aconteceu o julgamento do processo trabalhista do então deputado Inocêncio Oliveira, que teve grande repercussão nacional. O parlamentar foi condenado a pagar multa e indenização por danos morais coletivos e individuais a trabalhadores resgatados pela fiscalização em fazenda de gado no Maranhão, onde estavam submetidos a condições análogas à de escravos.

Já as quatro entidades não governamentais possuem histórias distintas, embora próximas, na luta de combate ao trabalho escravo no Maranhão. O CDVDH /CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán) é classificado como uma entidade de forte atuação dentro da rede de movimento social na qual está engajada. Esse Centro estadual nasceu em 1996, fruto da indignação frente ao descaso em relação às violações de direitos humanos no município de Açailândia (MA), principalmente caracterizado pela alta incidência do trabalho escravo, além

[4] Termo jurídico presente no artigo 149 do Código Penal Brasileiro, que foi atualizado em 2003 com as questões referentes à degradação e jornadas exaustivas. A PL 432, que atualmente tramita no Senado Federal, tenta reduzir o conceito do objeto.

de várias outras violações dos direitos da minoria. Ao longo dos seus 21 anos, o Centro assumiu a causa do trabalho digno, da valorização do indivíduo verdadeiramente humano, denunciando e orientando o trabalhador sobre seus direitos e deveres. Possui reconhecimento tanto nacional quanto internacional, em função da sua vasta atuação nas denúncias e ações preventivas contra o trabalho escravo e toda forma de violação da dignidade humana.

A segunda entidade civil estudada tem atuação nacional e é pioneira no combate ao trabalho escravo no Brasil. A CPT (Comissão Pastoral da Terra) foi fundada em 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), realizado em Goiânia (GO), em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas à de trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. A CPT, portanto, nasceu ligada à Igreja Católica⁵. O vínculo com a CNBB ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter no período em que a repressão atingia agentes de pastoral e lideranças populares. Logo, porém, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da

Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). (SILVA, 2016)

A ONG Repórter Brasil (RB), outra entidade que compõe a rede estudada, foi fundada em 2001 e é formada por jornalistas, cientistas sociais e educadores, com sede em São Paulo. A RB atua em quatro eixos – jornalismo social, projetos de educação e comunicação, combate à escravidão e pesquisa sobre agrocombustível – e tem por missão tornar públicas situações de desrespeito aos direitos humanos e trabalhistas ou que provoquem danos socioambientais. Tem se tornado, ao longo de mais de 15 anos de trabalho, referência no combate e denúncia às formas contemporâneas de trabalho escravo (pautando a mídia nacional), e importante fonte de conteúdo sobre o tema, com produção jornalística, vídeos, pesquisas e metodologias educacionais. A ONG é membro da CONATRAE (Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho), com atuação na elaboração do 2º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, de 2008, e desenvolve desde 2004 o Programa Escravo, nem Pensar! (ENP!), um híbrido de educação e comunicação que trabalha na formação de agentes em direitos humanos e prevenção ao trabalho escravo nos municípios onde há grande incidência do problema, em especial nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O MHuD (Movimento Humanos Direitos) iniciou sua trajetória no dia 5 de dezembro de 2002, após um e-mail que o ator brasileiro Marcos Winter enviou ao padre Ricardo Rezende⁶, conhecido por sua atuação na luta contra o trabalho escravo no

[5] É importante destacar que a CPT nasceu, antes de tudo, como fruto de uma nova percepção da igreja em relação ao seu papel e ao seu jeito de ser-no-mundo. Dessa compreensão, que é teológica, mas também sociológica, resultou de um sector significativo da igreja, a aproximação em relação a um grupo social que historicamente era invisível ou instrumentalizado por essa mesma igreja (SILVA, 2016, p.170)

[6] Ricardo Rezende é padre, antropólogo e professor da UFRJ. Mestre e doutor na questão do trabalho escravo no Brasil.

norte do Brasil. Desde a fundação, o MHuD foi pensado como estratégia para fortalecer o trabalho desenvolvido por entidades que apoiam causas sociais. Em janeiro de 2003, o movimento se apresentou para a sociedade como uma ONG (Organização Não Governamental) comprometida em utilizar a imagem de artistas para tornar públicas denúncias de crimes cometidos contra os direitos humanos.

Trata-se de uma organização não governamental que realiza projetos e programas de proteção aos direitos humanos. O MHuD diferencia-se de outras entidades porque reúne militantes com trajetórias profissionais variadas – artistas, jornalistas, cineastas, professores, fotógrafos, religiosos e outros. Ao longo desses anos, o grupo age em cooperação com outras organizações, promove e incentiva o debate público e a reflexão sobre o tema dos direitos fundamentais. Suas ações concentram-se em quatro eixos prioritários: erradicação do trabalho escravo e da exploração sexual infantil, demarcação das terras indígenas e dos territórios quilombolas, além de ações socioambientais.

2010 a 2016⁷. Esse mapeamento representa as ações de divulgação feitas pelas entidades nesse período, que entendemos o suficiente para oportunizar a análise proposta.

Os dados da catalogação foram estruturados com elementos sobre a data de publicação; título da matéria; nome, tipo e característica do veículo; assunto e estratégias de comunicação, conforme o modelo exposto na Tabela 1. Num primeiro momento, realizamos a descrição desses elementos, contextualizando as principais estratégias de comunicação e os locais onde elas ocuparam a mídia no período de 2010 a 2016. A partir deste mapeamento, levantamos informações sobre os veículos mais pautados pelas entidades, os tipos de veículos que pautam o tema trabalho escravo que mais aparecem nos sites das duas entidades da rede de combate ao trabalho escravo, as características desses veículos, os assuntos mais frequentes e as principais estratégias de comunicação utilizadas.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Para organizar e sistematizar nosso corpus documental, realizamos um levantamento de materiais jornalísticos concernentes ao trabalho escravo contemporâneo nos sites das entidades estudadas no período de

[7] O levantamento dos materiais jornalísticos das entidades aqui apresentadas foi realizado a partir dos planos de trabalho dos alunos de iniciação científica Os-milde Augusto Miranda e Jeyciane Elizabeth Sá Santos, ambos do Departamento de Comunicação/Jornalismo da UFMA (Universidade Federal do Maranhão), sendo objeto de pesquisa monográfica em andamento da aluna supracitada, sobre as estratégias do MHuD no combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil.

[TABELA 1]
 MODELO DE CONSTRUÇÃO DO MAPEAMENTO (CORPUS DOCUMENTAL)

Data	31/01/2016	29/01/2016	27/05/2014
Título da Matéria	Revista de Domingo, O Globo – Colunista Convidada: Camila Pitanga, RETROCESSO À VISTA	Campanha #SOMOSLIVRES discute trabalho escravo na atualidade	Movimento de direitos humanos pede a Renan votação da PEC do Trabalho Escravo
Veículo	Revista O Globo	Brasil de Fato	Senado
Tipo de Veículo	Jornal Impresso	Site	Site
Características do Veículo	Ampla	Ampla	Segmentado
Assunto	Reduz Conceito TEC	Pesquisa	PEC 438
Estratégias de Comunicação	Divulgação PL 432	Campanha #SomosLivres	Carta

Fonte: MOURA; CONCEIÇÃO, 2017.

Para a construção desse *corpus* documental, acessamos matéria por matéria, ou seja, link por link de todos os conteúdos disponíveis nos sites pesquisados⁸ entre 2010 e 2016 para verificarmos qual o assunto específico de cada texto e assim preencheremos o quadro de acordo com as informações exigidas. Após a separação de todos os materiais relacionados ao trabalho escravo, conseguimos mapear as inserções do assunto pelas entidades na mídia. Em seguida, classificamos as inserções da temática em sites, TVs, jornais impressos, rádio e revistas.

Após construir um vasto banco de dados qualitativo a partir deste mapeamento, iniciamos as análises, que ainda estão em curso, relacionando as entidades, identificando parcerias, projetos, campanhas e demais ações em conjunto para compreendermos, dessa forma, as diversas atuações

da rede na divulgação da temática e, finalmente, a participação das mesmas na construção das representações midiáticas.

COMO AS ENTIDADES PAUTAM A TEMÁTICA NA MÍDIA

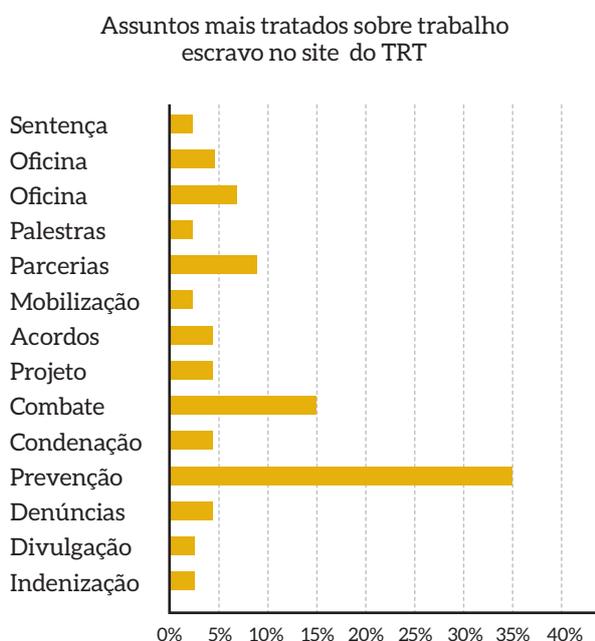
Conforme já dito anteriormente, apresentamos a seguir resultados preliminares da pesquisa em andamento. Até aqui, conseguimos cruzar alguns dados mais gerais das três entidades governamentais (MTE, MPT e TRT) no que diz respeito às abordagens mais divulgadas acerca do trabalho escravo em seus portais de notícias. No caso das entidades não governamentais, já conseguimos avançar para os veículos de comunicação mais pautados pela CPT e pelo MHuD. E a partir desses resultados preliminares, já

[8] A listagem de todos os sites pesquisados encontra-se nas referências deste artigo.

conseguimos apontar alguns caminhos de análise sobre a participação da rede de combate ao trabalho escravo na construção das representações midiáticas sobre o trabalho escravo no Brasil contemporâneo.

Identificamos que os assuntos mais tratados no site do TRT-MA pertencem ao eixo da prevenção, que não é a obrigação primeira da entidade governamental responsável pelo julgamento dos processos trabalhistas advindos de inquéritos abertos durante ou após fiscalização realizada pelas equipes do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho sobre condições análogas a de trabalho escravo⁹, como pode ser observado no gráfico abaixo.

[GRÁFICO 1]
TEMÁTICAS MAIS DIVULGADAS
PELO TRT-MA



Fonte: MOURA; CONCEIÇÃO, 2017.

[9] Termo jurídico encontrado no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro, onde o trabalho escravo contemporâneo é identificado como crime de lesa-humanidade.

Dentre as reportagens mapeadas, que foram produzidas pela equipe do TRT-MA ou reproduzidas de agências de notícias no site da instituição, mais da metade se enquadra no eixo da prevenção, trazendo informações de projetos como o TRT na Escola e a Caravana da Liberdade¹⁰.

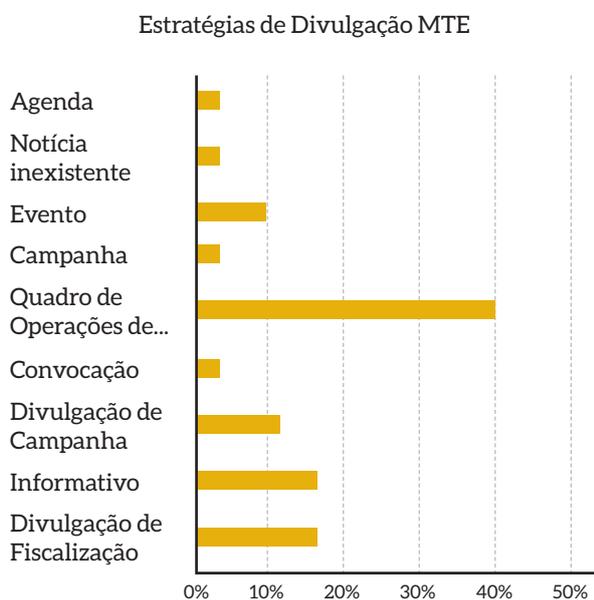
No caso do MPT-MA, o mapeamento também apontou que pelo menos a metade dos assuntos mais tratados acerca do trabalho escravo divulga ações de prevenção, como os projetos realizados em parceria com outras entidades governamentais e não governamentais.

Durante o mapeamento, percebemos que o TRT-MA e o MPT-MA atuam de forma muito parecida, com frentes de trabalho valorizando projetos de prevenção junto à rede estadual, por exemplo. Embora sejam desenvolvidos com públicos muito próximos, acontecem de forma individual, sem comunicação entre as entidades promotoras. No caso da repressão ao trabalho escravo, notamos uma maior parceria entre os juízes e procuradores do trabalho, em relação aos inquéritos e processos apurados e julgados.

Já o MTE privilegia a divulgação de operações de fiscalização do trabalho escravo dentre os assuntos mais divulgados para a imprensa, conforme pode ser visto no gráfico a seguir.

[10] O primeiro trata de iniciativas de prevenção ao trabalho escravo que a entidade promove desde 2014 junto a escolas da rede estadual no Maranhão, e o segundo é uma iniciativa que começou em 2011, passando em 2014 a ficar a cargo da COETRAE (Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo) do Maranhão, que durante dois ou três dias leva serviços oferecidos pelas entidades do poder público a municípios com alta vulnerabilidade ao trabalho escravo, como Codó e Açailândia.

[GRÁFICO 2]
TEMÁTICAS MAIS DIVULGADAS PELO MTE



Fonte: MOURA; CONCEIÇÃO, 2017.

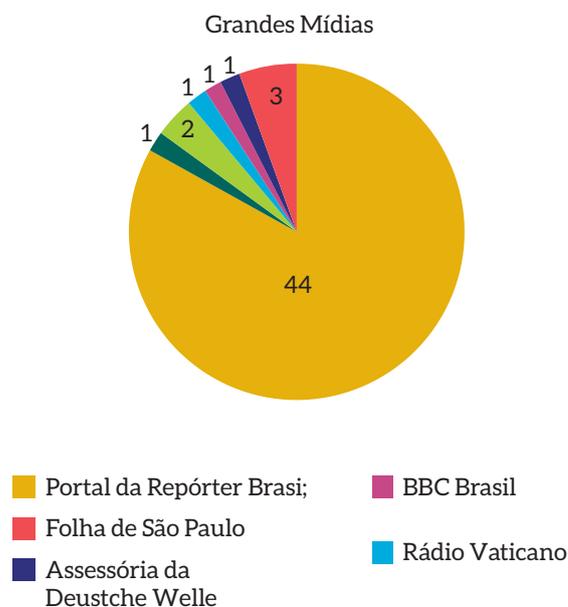
Dentre as três entidades de fiscalização do trabalho escravo contemporâneo, apenas o MTE aponta suas ações de divulgação mais focadas para medidas de repressão, enquanto as duas outras entidades (TRT-MA e MPT-MA) apostam na divulgação de ações de prevenção do problema.

No caso das entidades do movimento social, os dados que trazemos sobre publicações da CPT (Gráfico 3) e do MHuD (Gráfico 4) mostram veículos de comunicação nacionais e internacionais, bem como seus respectivos números de publicação. Levamos em consideração as relações, sobretudo da CPT, com agências de fomento internacionais devido à rede social da igreja católica no Brasil e em países da Europa, principalmente.

No Gráfico 3, da CPT, a ONG Repórter Brasil foi o destaque nacional como a mais pautada pela entidade, com 44 matérias publicadas sobre trabalho escravo

contemporâneo no Brasil durante esses 6 anos. Depois temos a grande mídia, a exemplo da Folha de S. Paulo, do Instituto Humanitas Unisinos Online (IHU) e do Portal do Ministério do Trabalho e Emprego, com apenas três matérias publicadas sobre a temática em destaque. Em terceiro lugar seguem Carta Capital, Walk Free e Rede Brasil, com duas publicações em seis anos, como pode ser visto a seguir.

[GRÁFICO 3]
VEÍCULOS PAUTADOS PELA CPT



Fonte: MOURA; CONCEIÇÃO, 2017.

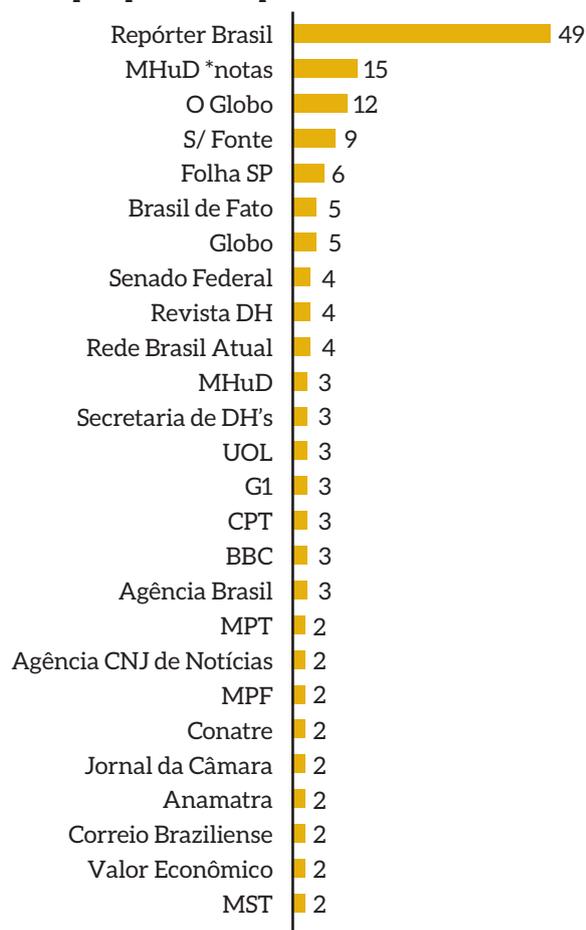
Os diversos métodos utilizados pelo MHuD para ampliar a divulgação de assuntos relacionados aos direitos humanos contribuíram para que o assunto fosse divulgado nos diversos meios de comunicação. Em 2006, foi criado o site do movimento (www.humanosdireitos.org) como estratégia para distribuir informações sobre os direitos fundamentais. Três meses após a criação do site, o MHuD adotou um canal no Youtube chamado Humanos Direitos. Em 2012, o movimento criou a página Conheça o MHuD,

no Facebook. Todas essas ferramentas são utilizadas como estratégias que permitem o acesso a assuntos sobre a violação dos direitos humanos no país.

Consideramos que o Movimento utiliza a internet em busca de maior liberdade para produção e divulgação de conteúdos. Como pode ser observado no Gráfico 4, outras organizações relacionadas à mídia ou a parceiros governamentais e não governamentais passam a ser consideradas fortes aliadas do MHuD para a comunicação acerca do trabalho escravo.

[GRÁFICO 4]
VEÍCULOS PAUTADOS PELO MHuD

Sites que aparecem na plataforma do MHuD



Fonte: MOURA; CONCEIÇÃO, 2017.

O Gráfico 4 demonstra também que a ONG Repórter Brasil é a entidade que possui o maior número de matérias, com 49 produtos compartilhados. Isso reafirma a consolidação do papel de agente social que vem desempenhando no combate ao trabalho escravo contemporâneo no país. Além do destaque dado a outras organizações, o site do MHuD é utilizado para promover o próprio movimento.

As matérias destacadas também demonstram que diversos sites de notícias, ONGs e entidades governamentais abordam a temática. Percebemos aqui como funciona a rede de contato do MHuD com outras organizações: ao compartilhar ações dessas entidades, o movimento se estabelece em uma rede de denúncia do trabalho escravo que atua na divulgação da temática, adotando diferentes estratégias de comunicação. A imagem dos participantes é o ponto-chave do grupo, com os artistas oferecendo a visibilidade para fortalecer a luta contra a violação dos direitos humanos.

No site do MHuD são compartilhados principalmente conteúdos informativos, como reportagens, entrevistas, comentários, cartas, abaixo-assinados, eventos, publicação de livros. Quando se trata do tema trabalho escravo, boa parte do material exposto na plataforma é produzida por outras organizações; logo, o Movimento se estabelece como um elo na interlocução sobre o assunto na sociedade. Nesse espaço, são compartilhados materiais produzidos por órgãos governamentais e não-governamentais envolvidos na erradicação do trabalho escravo, como Repórter Brasil, CPT, Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT).

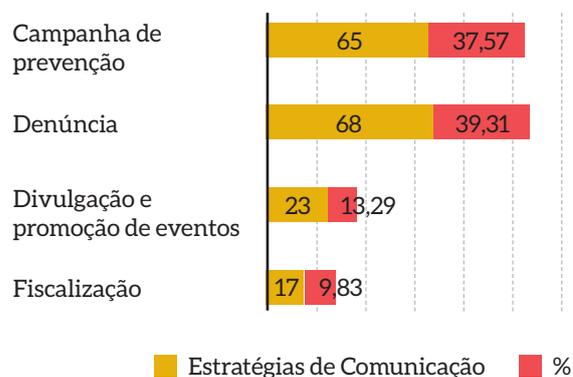
No caso da CPT, entendemos que a entidade não se articula, de forma planejada e organizada, para ter destaque na mídia, ou seja, não investe em assessoria de imprensa para atingir um determinado grupo ou grupos específicos. Nesta perspectiva é que buscamos entender de que formas a CPT acaba pautando as mídias. Sendo uma instituição não governamental reconhecida e legitimada, fundada em 1975 e que através de comunicação busca interagir com outros grupos, é de extrema importância entender que estratégias comunicacionais são utilizadas para interagir ou divulgar conteúdo nesses espaços midiáticos.

Como destaca Paiva da Silva (2014) em seu trabalho monográfico sobre a CPT¹¹, a comunicação deve ser vista por uma perspectiva dialógica. Ela acontece a partir de relações horizontais, entre diferentes grupos, espaços e tempos, o que torna difícil na identificação empírica. Desta forma, buscamos entender se existe uma hierarquia interacional da CPT com outras mídias.

Diferentes estratégias de comunicação utilizadas pela CPT foram destacadas nesta pesquisa a partir do recorte de 2010 a 2016. Entre elas, a estratégia de denúncia aparece em 68 publicações, o que equivale a 39,31% das matérias publicadas sobre o trabalho escravo contemporâneo durante seis anos de divulgação. Em seguida, as campanhas de prevenção têm 65 matérias publicadas, o que equivale a 37,59% de matérias sobre a temática trabalho escravo contemporâneo. Em terceiro lugar, vêm as divulgações

e promoção de eventos, com 23 matérias publicadas durante seis anos, equivalendo a 13,29% da amostra analisada. A última estratégia de comunicação também utilizada pela CPT é a fiscalização de pautas sobre a temática do trabalho escravo, que aparece em 17 matérias no recorte de seis anos, equivalendo a 9,83% das matérias publicadas, como demonstra o Gráfico 5, a seguir.

[GRÁFICO 5]
PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO
UTILIZADAS PELA CPT



Fonte: MOURA; CONCEIÇÃO, 2017.

A compreensão das estratégias de comunicação não pode ser feita de forma isolada, uma vez que a CPT é uma instituição não governamental que busca, através de um conjunto de outras redes, entidades e mídias de comunicação que trabalham em prol da erradicação do trabalho escravo contemporâneo, a disseminação do tema, bem como das causas de suas lutas.

Sendo assim, podemos afirmar que as estratégias de comunicação de denúncia tenham sido as mais destacadas a partir de números de matérias apresentadas por outras mídias. Isso nos leva a perceber quão importante é o papel da CPT como fonte de informação legitimada pela grande mídia,

[11] A monografia intitulada *Análise das estratégias de comunicação da campanha nacional de prevenção e combate ao trabalho escravo da CPT (Comissão Pastoral da Terra)* foi orientada pela autora e defendida por Antônio Paiva da Silva, em 2014, no Departamento de Comunicação Social da UFMA para a obtenção de grau em Relações Públicas.

não tanto por um investimento em assessoria de imprensa do movimento, mas pela própria atuação e conseqüente reconhecimento da entidade.

Também as campanhas de prevenção apresentam-se em destaque numa perspectiva voltada para a educação. A CPT busca, junto de algumas entidades, organizar projetos sobre o trabalho escravo, como o Programa Escravo, Nem Pensar!, com a ONG Repórter Brasil, e a campanha nacional De Olho Aberto para Não Virar Escravo, iniciada pela equipe da CPT Nacional e demais parceiros, em 1997. Essa campanha é apoiada por material didático de três tipos: sensibilização, voltado para os trabalhadores em situação vulnerável; orientação, para monitores da campanha; divulgação, para a sociedade em geral.

É nessa relação com outras entidades ou redes que trabalham em prol da erradicação do trabalho escravo contemporâneo no Brasil que a CPT e o MHuD procuram pautar a grande mídia e disputar, assim, a opinião pública. Como aponta Henriques (2007), existe uma mobilização social entre as entidades. Para o autor, esse é um processo pelo qual se convocam pessoas ou grupos a lutarem conjuntamente, em busca de alcançar um objetivo comum, para conquistar melhorias para a comunidade em que vivem ou para mudar a realidade dessa comunidade.

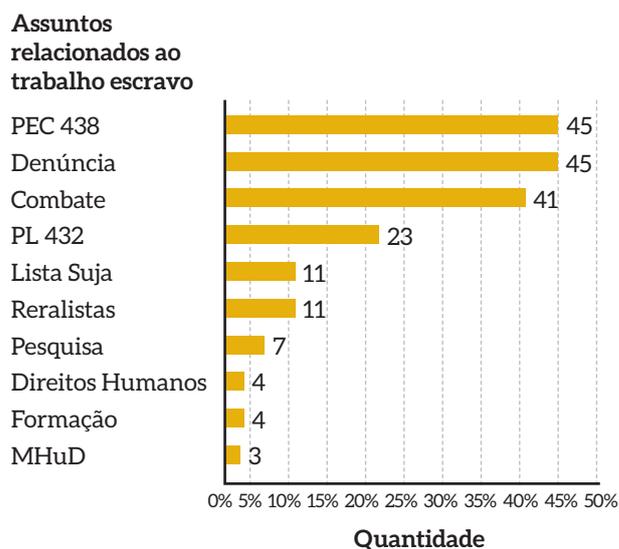
Essa mobilidade também acontece na relação das entidades com outras mídias, por interesse de pautar de forma crítica ou acrítica a temática sobre o trabalho escravo contemporâneo. De outro lado, estratégias de comunicação como a divulgação e promoção de eventos, além da fiscalização das temáticas pautadas dentro de outras mídias, também são imprescindíveis na construção de sentido junto às outras instituições.

Ainda visando entender a participação do MHuD na construção de representações acerca da temática do trabalho escravo contemporâneo, elencamos a seguir, no Gráfico 6, a inserção de temas relacionados, bem como a adoção de diferentes estratégias pelo Movimento, que colaboraram significativamente para a construção de representações midiáticas.

[GRÁFICO 6]

TEMÁTICAS MAIS DIVULGADAS PELO MHuD

Assuntos destacados no site do MHuD



Fonte: MOURA; CONCEIÇÃO, 2017.

É necessário enfatizar que as táticas empregadas, principalmente as diferentes estratégias utilizadas pelos movimentos sociais para a conquista da aprovação da PEC 438, são resultado do empenho de diversas organizações que, de alguma forma, contribuíram para que o assunto fosse discutido na sociedade. O mesmo pode ser dito sobre a divulgação das denúncias sobre trabalho escravo, que empata com a PEC 438 no ranking de principais assuntos destacados no gráfico supracitado.

Atualmente, as ONGs são importantes iniciativas que funcionam como extensão do Estado. A partir do momento em que essas organizações passam a atuar em parceria com os movimentos sociais, estes fortalecem suas vozes e conquistam maior visibilidade:

[...] Na virada dos anos 70/80, essas entidades voltam os seus investimentos para a atuação no campo dos movimentos sociais que então crescem pelo país (como o sindical urbano e rural, os de luta pela terra e os de moradores de áreas periféricas das cidades), padrão que passa a predominar largamente sobre a ação do tipo comunitário localizado (que, no entanto, nunca será de todo abandonada): tanto é que passam a se autotransformar como entidades “a serviço do Movimento Popular” (LANDIM, 1998, p. 41).

Os movimentos sociais buscam a mídia como estratégia promotora da justiça social e cidadania. Ao analisarmos a internet como cenário de mobilização, percebemos que grande parte dos ativistas apostam nela como ferramenta capaz propiciar transformações na forma de comunicação e mobilização política. Com base nos estudos de Silverstone (2002) há uma tensão constante entre o tecnológico, o industrial e o social, tensão essa que deve ser levada em conta se quisermos reconhecer a mídia como, de fato, um processo de mediação.

De acordo com o mapeamento realizado nesta pesquisa, as iniciativas de comunicação mais utilizadas pelo MHuD para publicizar o assunto na mídia foram abaixo-assinados, a Campanha Somos Livres, veiculada na televisão e nos sites, divulgação do assunto em entrevistas e participação dos artistas e ativistas em

reuniões no Congresso. A PEC 438 foi destacada como o assunto de maior relevância no site. Durante o processo que antecedeu a aprovação da PEC do Trabalho Escravo, alguns artistas do MHuD foram para diversas reuniões no Congresso Nacional manifestar-se contra a redução do conceito do objeto em foco. Toda essa exposição contribui para que o assunto não deixe de entrar na pauta do poder público.

Por mais que tenhamos uma legislação exemplar, isso não significa que nós conseguimos eliminar o problema. Na teoria, estávamos bastante respaldados; entretanto, o contexto político no qual estamos inseridos atualmente retrocede cada dia mais, pondo em risco os direitos conquistados ao longo de tantos anos. Apesar de as políticas públicas de combate ao trabalho escravo serem reconhecidas internacionalmente e do avanço que significou a aprovação da PEC 438, alguns parlamentares brasileiros defendem argumentos que simbolizam o retrocesso. Na tentativa de modificar o conceito de trabalho escravo, a bancada ruralista fere o que diz o Código Penal Brasileiro, em seu artigo 149¹², que considera trabalho escravo qualquer atividade em que as condições impostas ao trabalhador atentem contra a dignidade humana.

[12] Segundo o artigo 149 do Código Penal Brasileiro, há quatro fatores determinantes para a caracterização do trabalho escravo contemporâneo: condições degradantes de trabalho, que consistem em situações incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais que coloquem em risco a saúde e a vida do trabalhador; jornada exaustiva, que se refere ao esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta danos à saúde, e até mesmo risco de vida, ao trabalhador; trabalho forçado, que é quando os trabalhadores são mantidos no serviço através de fraudes; isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e/ou psicológicas.

O sucesso na aprovação da PEC 438 está relacionado diretamente com o trabalho desenvolvido pelos movimentos sociais. O mapeamento revela que, para a aprovação da PEC 438, os agentes do movimento social utilizaram estratégias de comunicação bastante diversificadas, como a participação em reuniões no congresso, eventos, entrevistas, abaixo-assinados, campanhas e compartilhamento de informações sobre a temática. Em entrevista disponibilizada no site do MHuD, Leonardo Sakamoto, presidente da ONG Repórter Brasil, destaca a importância do MHuD na rede de combate ao trabalho escravo no Brasil:

[...] O MHuD, na verdade, tem sido uma das instituições mais importantes no combate ao trabalho escravo no Brasil. Foi fundamental na aprovação da PEC do trabalho escravo, não só nesse momento final, mas em todo o processo de aprovação. Pós-Unai, naquela corrente que levou à aprovação no primeiro turno na Câmara de Deputados. Na segunda corrente, em 2012, que levou à aprovação também no segundo turno na Câmara. Durante esse intervalo de 8 anos, onde ninguém ficou parado, foram tantas e tantas visitas, reuniões com deputados e senadores, o que nos levou até a aprovação. Teve uma mobilização, levamos várias pessoas para o Congresso, e o MHuD também. Até que ano passado [2014] conseguimos a aprovação no Senado Federal em dois turnos da proposta. Não dá hoje pra você pensar no combate ao trabalho escravo no Brasil sem a atuação do MHuD. (Trecho de entrevista com Leonardo Sakamoto, 2015).

Com essa declaração do presidente da ONG Repórter Brasil, podemos compreender a atuação conjunta dessas entidades

em prol do combate ao trabalho escravo no Brasil e, conseqüentemente, a construção da visibilidade do problema. Encontramos uma mediação (SILVERSTONE, 2002) interessante, constituída pela RB, principalmente em seu portal de notícias, que tem pautado a grande mídia sobre a temática na atualidade. Neste sentido, a ONG acaba sendo a principal ponte entre essas entidades e a grande mídia, ao divulgar temas relacionados aos direitos humanos, como é o caso do trabalho escravo, na mídia tradicional no Brasil contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo sistematiza dados preliminares de um estudo em andamento que visa entender a participação da rede de combate ao trabalho escravo na construção de representações midiáticas sobre o tema.

Sabemos que representantes dessas entidades são as principais vozes que aparecem na mídia sobre o tema. Em conversa informal durante trabalho de campo com agentes de entidades da sociedade civil, como o Centro de Defesa de Açailândia, esses agentes afirmaram que reportagens televisivas dão visibilidade ao problema e, de alguma forma, legitimam o trabalho de denúncia realizado pelo movimento social. Na ocasião da conversa, realizada em dezembro de 2015, eles relataram o caso de um trabalhador que, após ter assistido a uma reportagem sobre trabalho escravo, tomou coragem e denunciou as condições em que viveu em fazenda de gado em Açailândia (MA).

A principal crítica dos representantes do movimento social às representações midiáticas sobre o trabalho escravo se refere à superficialidade com que são tratados os casos, em geral, de forma pontual, nos momentos de fiscalização. Segundo eles, não há discussão de questões estruturais, como as fundiárias e judiciais, isto é, as causas e as consequências do problema, que para eles centram-se na ausência de políticas públicas básicas para os trabalhadores e na impunidade dos que cometem o crime de trabalho escravo – no caso do Maranhão, são principalmente os latifundiários.

Durante as entrevistas de pesquisa, os agentes da CPT e da ONG Repórter Brasil também apontaram recortes feitos na edição de algumas reportagens veiculadas pela televisão. Segundo eles, as informações tendem a ser apresentadas de forma “genérica”. Como eles já foram entrevistados muitas vezes, afirmaram que sempre ficam com a sensação de que a “imprensa não aborda os fatos como eles são”, principalmente porque “recolhem um grande número de informações que depois não são aproveitadas”. Um exemplo recorrente é com relação à vida dos trabalhadores após o resgate, bem como seus anseios e sonhos de dar continuidade a uma trajetória de trabalho de forma digna, enfrentando problemas de (re)inserção no mercado de trabalho, devido a questões tanto estruturais, como a falta de políticas públicas, quanto pessoais, como é o caso dos sujeitos que sofrem sequelas físicas e psicológicas decorrentes do trabalho escravo e que, muitas vezes, não são indenizados por isso.

Embora o movimento social realize um trabalho de acompanhamento das comunidades vulneráveis ao trabalho escravo e se esforce para divulgar o problema na mídia,

observamos nesta investigação que as vozes mais legitimadas para falar da temática na mídia tradicional ainda são as entidades públicas e os operadores do Direito. Eles são as chamadas “fontes oficiais”, responsáveis por explicar o crime e dimensionar os dados para a sociedade, principalmente em casos de divulgação de ações de fiscalização.

Como resultados preliminares, podemos afirmar que as instituições estudadas participam da construção dessas representações midiáticas, responsáveis pelas disputas da opinião pública sobre o trabalho escravo na atualidade, embora estejamos vivendo um momento político no Brasil no qual há uma tentativa de redução do conceito historicamente construído pela pressão dos movimentos sociais de que não se trata de mera irregularidade trabalhista, mas sim de um crime de lesa-humanidade, previsto no Código Penal Brasileiro, que viola direitos humanos fundamentais. ■

[FLÁVIA DE ALMEIDA MOURA]

Jornalista, mestre em Ciências Sociais e doutora em Comunicação. É pesquisadora e professora adjunta do Departamento de Comunicação Social Universidade Federal do Maranhão. Atualmente, os temas de maior interesse são Mídia, trabalho e direitos humanos. E-mail: flaviaalmeidamoura29@gmail.com.

[DENISE ARAÚJO DA CONCEIÇÃO]

Relações públicas e aluna especial do Programa de Mestrado Interdisciplinar Cultura e Sociedade, da Universidade Federal do Maranhão. Integrante do NEEC (Núcleo de Estudos em Estratégias de Comunicação). E-mail: rp.denisearaujo@yahoo.com.br

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inesita Soares. **Mercado simbólico**: interlocução, luta, poder. Um modelo de comunicação para políticas públicas. 2002. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Resultados das operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo**. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/dados-abertos/estatistica-trabalho-escravo>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS CARMEN BASCARÁN. Disponível em: <<http://www.cdvdhacai.org.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

Centro de Defesa Dos Direitos Humanos Carmen Bascarán. In: **Facebook**, 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/CDVDH/>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Disponível em: <www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 14 jun. 2016.

ENNE, Ana Lúcia S. Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. **Comunicação e Informação**, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 264-273, jul./dez.2004.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.

HABERMAS, J. (2006). Political communication in the media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. **Communication Theory**, Reino Unido, n. 16, p. 411-418, 2006. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2885.2006.00280.x/pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

HALL, Stuart. El trabajo de la representación. In: **Sin garantías**: trayectorias y problemáticas en estudios culturales, 2010.

HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LANDIM, Leilah. (Org.) **Ações em sociedade**: militância, caridade, assistência etc. Rio de Janeiro: NAU, 1998.

MAIA, Rousiley C. M. Mídia e deliberação pública: mediações possíveis. In: ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 11., 2002, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: COMPÓS, 2002. CD-rom, v. 1.

MOURA, Flávia. **Trabalho escravo e mídia:** olhares de trabalhadores rurais maranhenses. EDUFMA. São Luís, 2016.

MOURA, Flávia. **Os pobres possuirão a terra:** pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra. Editora Paulinas. São Paulo, 2006.

MOVIMENTO HUMANOS DIREITOS. Disponível em: <www.humanosdireitos.org>. Acesso em: 14 jun. 2016.

PRUDÊNCIO, Kelly Cristina de Souza; SANTOS, Jocelaine Josmeri dos. Mídia e movimentos sociais: um esboço metodológico a partir da *frame analysis* de Erving Goffman. In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, 4., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

REPÓRTER BRASIL. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 14 jun. 2016.

SILVA, António Paiva da. **Análise das estratégias de comunicação da Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho escravo da Comissão Pastoral da Terra.** 2014. 74 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

SILVA, Moisés Pereira da. O trabalho escravo contemporâneo e a atuação da CPT no campo (1970-1995). 2016. 264 f. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2016.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2011.

THOMPSON, John B. A **mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis, 14^a ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHADA 16^a REGIÃO. Disponível em: <<http://www.prt16.mpt.mp.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2016.